



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5605/2024

Secretaria municipal de Serviços Urbanos e Obras

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Secretaria Municipal de Educação e Cultura

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de Preços para aquisição de material de pintura, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, e considerando as demandas e as necessidades das Secretarias participantes e da Administração Pública Municipal.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA

Item	Quant.	Unidade	Código	Descrição	Valor unitário(R\$)	Valor total(R\$)
1	50	UNIDADE	37810	BANDEJA PARA PINTURA, PRETA, MATERIAL POLIPROPILENO, PARA ROLOS DE ATÉ 23 CM.	6,91	345,50
2	19	UNIDADE	37803	ESPÁTULA, FORMATO PLANA DE AÇO INOX, DE 10 CM.	6,74	128,06
3	2	UNIDADE	82322	ESPÁTULA PLÁSTICA LISA 6 POLEGADAS 152MM COM CABO.	12,35	24,70
4	23	UNIDADE	33727	EXTENSOR COM 03 METROS PARA ROLO DE PINTURA	37,67	866,41
5	32	UNIDADE	50901	EXTENSOR COM 1,50 METROS PARA ROLO DE PINTURA.	36,57	1.170,24
6	10	UNIDADE	50868	FITA ADESIVA CREPE 18MM X 50M - LINHA DE PINTURA COM EXCELENTE ACABAMENTO. RESISTENTE A ÁGUA E SOLVENTES. DEVE OFERECER DESENROLAMENTO CONTROLÁVEL PARA PREVENIR DESFIBRAMENTO OU FRAGMENTAÇÃO E DEVERÁ PERMITIR FACILMENTE SER RASGADA À MÃO. DESENROLAMENTO LEVE. REMOÇÃO FÁCIL E LIMPA.	5,86	58,60
7	13	UNIDADE	155	FITA ADESIVA EM PAPEL CREPE 50 MM X 50 M, COR BRANCA	11,46	148,98
8	10	UNIDADE	33684	FUNDO PREPARADOR DE PAREDE A BASE DE ÁGUA, EMBALAGEM 18 L	147,22	1.472,20
9	10	UNIDADE	37921	FUNDO PREPARADOR DE PAREDE A BASE DE ÁGUA, EMBALAGEM 3,6 LITROS.	57,70	577,00
10	20	UNIDADE	80079	IMPERMEABILIZANTE A BASE DE ASFALTO MODIFICADO COM ELASTOMERO DE SBS, BALDE C 3,6 L.	75,72	1.514,40
11	20	UNIDADE	44556	IMPERMEABILIZANTE ACRÍLICO FLEXÍVEL DE ALTO DESEMPENHO PARA LAJES E PAREDES SUJEITAS A BATIDA DE CHUVA, NA COR BRANCA. BASE QUÍMICA: EMULSÃO SINTÉTICA TENSÃO DE RUPTURA ABNT NBR 7462 APROX. 2,00. EMBALAGEM DE 14KG.	322,63	6.452,60
12	30	METRO	3468	LIXA DE PAPEL, GRÃO 120	4,50	135,00
13	104	UNIDADE	37828	LIXA DE PAPEL PARA PAREDE, GRÃO 100, EM FOLHA TAMANHO MÍNIMO DE: 25 CM X 30 CM.	3,40	353,60
14	50	UNIDADE	8420	LIXA PANO Nº 100	3,19	159,50
15	22	UNIDADE	40158	MASSA ACRÍLICA USO EXTERNO, 3,6 KG	36,93	812,46
16	57	UNIDADE	37824	MASSA CORRIDA, PVA, BRANCA, BALDE DE 3,6 LITROS.	30,50	1.738,50
17	10	UNIDADE	50893	MASSA LEVE, A BASE DE ÁGUA, PARA CORREÇÃO E ACABAMENTO DE SUPERFÍCIES, NA COR BRANCA, EMBALAGEM COM 340G.	40,00	400,00
18	4	UNIDADE	37825	MASSA TEXTURA ACRÍLICA LISA BRANCA, BALDE DE 18 LITROS.	109,50	438,00
19	47	UNIDADE	1208	PINCEL 1 1/2 POLEGADAS	2,82	132,54
20	32	UNIDADE	1391	PINCEL 1/2	2,85	91,20
21	100	UNIDADE	1981	PINCEL 2 1/2 POLEGADAS	4,00	400,00
22	6	UNIDADE	37806	PINCEL Nº 1 1/2 CERDA DE PELO NATURAL.	2,99	17,94
23	32	UNIDADE	37807	PINCEL Nº 1 CERDA DE PELO NATURAL.	2,77	88,64
24	34	UNIDADE	37808	PINCEL Nº 2, CERDA DE PELO NATURAL.	6,06	206,04
25	32	UNIDADE	40845	PINCEL Nº 3 CERDA DE PELO NATURAL.	9,86	315,52
26	4	UNIDADE	37805	PINCEL Nº 3/4 CERDA DE PELO NATURAL.	2,80	11,20
27	25	UNIDADE	41165	RESINA ACRILICA A BASE DE AGUA, INCOLOR, PRIMEIRALINHA, 3,6 LITROS.	89,96	2.249,00
28	38	UNIDADE	33685	RESINA ACRILICA A BASE DE SOLVENTE, EM BALDE DE 18 L	444,67	16.897,46
29	36	UNIDADE	1204	ROLO DE ESPUMA 15 CM COM CABO	7,38	265,68
30	30	UNIDADE	37797	ROLO DE ESPUMA 23 CM, SEM CABO.	11,53	345,90
31	52	UNIDADE	1282	ROLO DE ESPUMA 9 CM COM CABO	4,06	211,12
32	40	UNIDADE	6668	ROLO DE LÃ 15 CM, COM CABO	7,16	286,40
33	60	UNIDADE	1758	ROLO DE LÃ 23 CM COM CABO	12,92	775,20
34	30	UNIDADE	40843	ROLO DE LÃ ANTIGOTAS 9 CM, COM CABO.	6,98	209,40
35	120	UNIDADE	40847	ROLO DE LÃ DE 23CM COM PELO DE 25MM, COM CABO REFORÇADO APROPRIADO P/ CABO PADRÃO	20,23	2.427,60
36	215	UNIDADE	55030	ROLO DE LÃ DE CARNEIRO 15CM, PELO ALTO DE NO MÍNIMO 13MM, COM CABO	15,70	3.375,50
37	3	UNIDADE	77455	SOLVENTE AGUARRAS DILUENTE À BASE DE SOLVENTES ALIFÁTICOS E AROMÁTICOS, QUEROSENE (PETRÓLEO) E DESTILADOS (PETRÓLEO) LEVES TRATADOS COM HIDROGÊNIO, LÍQUIDO E TRANSPARENTE. CLASSIFICAÇÃO ABNT NBR 11702:2019, TABELA 12, TIPO 4.7.7. EMBALAGEM DE 900ML. VALIDADE MÁXIMA DE 24 MESES DA DATA DE PRODUÇÃO E VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES DA DATA DE ENTREGA.	20,02	60,06
38	132	UNIDADE	53351	SOLVENTE AGUARRAZ, EMBALAGEM DE 900 ML LITOGRAFADA, CONFORME ABNT NBR 15079/2019 E NBR 11702/2019, VALIDADE MÁXIMA DE 12 MESES DA DATA DE PRODUÇÃO E VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES DA DATA DE ENTREGA.	13,09	1.727,88
39	50	UNIDADE	53355	TINNER EXTRA FORTE, EMBALAGEM DE 1 LITRO LITOGRAFADA, CONFORME ABNT NBR 15079/2019 E NBR 11702/2019, VALIDADE MÁXIMA DE 12 MESES DA DATA DE PRODUÇÃO E VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES DA DATA DE ENTREGA.	17,04	852,00
40	40	UNIDADE	53384	TINTA ACRÍLICA PREMIUM PARA PISO CIMENTADO, COR AMARELO OURO, CONFORME ABNT NBR 15079/2019 E NBR	320,67	12.826,80



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA

Item	Quant.	Unidade	Código	Descrição	Valor unitário(R\$)	Valor total(R\$)
				11702/2019, EMBALAGEM DE 18 LITROS LITOGRAFADA, VALIDADE MÁXIMA DE 12 MESES DA DATA DE PRODUÇÃO E VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES DA DATA DE ENTREGA. QUALIDADE EXIGIDA: TIPO CORAL ,SUVINIL E/OU KILLING.		
41	50	UNIDADE	53380	TINTA ACRÍLICA PREMIUM PARA PISO CIMENTADO, COR AZUL, CONFORME ABNT NBR 15079/2019 E NBR 11702/2019, EMBALAGEM DE 18 LITROS LITOGRAFADA, VALIDADE MÁXIMA DE 12 MESES DA DATA DE PRODUÇÃO E VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES DA DATA DE ENTREGA. QUALIDADE EXIGIDA: TIPO CORAL ,SUVINIL E/OU KILLING.	320,67	16.033,50
42	40	UNIDADE	53383	TINTA ACRÍLICA PREMIUM PARA PISO CIMENTADO, COR BRANCA, CONFORME ABNT NBR 15079/2019 E NBR 11702/2019, EMBALAGEM DE 18 LITROS LITOGRAFADA, VALIDADE MÁXIMA DE 12 MESES DA DATA DE PRODUÇÃO E VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES DA DATA DE ENTREGA. QUALIDADE EXIGIDA: TIPO CORAL ,SUVINIL E/OU KILLING.	327,00	13.080,00
43	86	UNIDADE	53379	TINTA ACRÍLICA PREMIUM PARA PISO CIMENTADO, COR CINZA GRAFITE, CONFORME ABNT NBR 15079/2019 E NBR 11702/2019, EMBALAGEM DE 18 LITROS LITOGRAFADA, VALIDADE MÁXIMA DE 12 MESES DA DATA DE PRODUÇÃO E VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES DA DATA DE ENTREGA. QUALIDADE EXIGIDA: TIPO CORAL ,SUVINIL E/OU KILLING.	339,00	29.154,00
44	40	UNIDADE	53382	TINTA ACRÍLICA PREMIUM PARA PISO CIMENTADO, COR LARANJA, CONFORME ABNT NBR 15079/2019 E NBR 11702/2019, EMBALAGEM DE 18 LITROS LITOGRAFADA, VALIDADE MÁXIMA DE 12 MESES DA DATA DE PRODUÇÃO E VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES DA DATA DE ENTREGA. QUALIDADE EXIGIDA: TIPO CORAL ,SUVINIL E/OU KILLING.	320,67	12.826,80
45	50	UNIDADE	53385	TINTA ACRÍLICA PREMIUM PARA PISO CIMENTADO, COR VERDE, CONFORME ABNT NBR 15079/2019 E NBR 11702/2019, EMBALAGEM DE 18 LITROS LITOGRAFADA, VALIDADE MÁXIMA DE 12 MESES DA DATA DE PRODUÇÃO E VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES DA DATA DE ENTREGA. QUALIDADE EXIGIDA: TIPO CORAL ,SUVINIL E/OU KILLING.	320,67	16.033,50
46	60	UNIDADE	53381	TINTA ACRÍLICA PREMIUM PARA PISO CIMENTADO, COR VERMELHA, CONFORME ABNT NBR 15079/2019 E NBR 11702/2019, EMBALAGEM DE 18 LITROS LITOGRAFADA, VALIDADE MÁXIMA DE 12 MESES DA DATA DE PRODUÇÃO E VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES DA DATA DE ENTREGA. QUALIDADE EXIGIDA: TIPO CORAL ,SUVINIL E/OU KILLING.	320,67	19.240,20
47	25	UNIDADE	53363	TINTA ACRÍLICA SEMI BRILHO, COR AZUL FRANÇA, CONFORME ABNT NBR 15079/2019 E NBR 11702/2019, EMBALAGEM DE 18 LITROS LITOGRAFADA, VALIDADE MÁXIMA DE 12 MESES DA DATA DE PRODUÇÃO E VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES DA DATA DE ENTREGA. QUALIDADE EXIGIDA: TIPO CORAL ,SUVINIL E/OU KILLING.	416,33	10.408,25
48	40	UNIDADE	53365	TINTA ACRÍLICA SEMI BRILHO, COR BRANCO, CONFORME ABNT NBR 15079/2019 E NBR 11702/2019, EMBALAGEM DE 18 LITROS LITOGRAFADA, VALIDADE MÁXIMA DE 12 MESES DA DATA DE PRODUÇÃO E VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES DA DATA DE ENTREGA. QUALIDADE EXIGIDA: TIPO CORAL ,SUVINIL E/OU KILLING.	373,29	14.931,60
49	30	UNIDADE	53367	TINTA ACRÍLICA SEMI BRILHO, COR CAMURÇA, CONFORME ABNT NBR 15079/2019 E NBR 11702/2019, EMBALAGEM DE 18 LITROS LITOGRAFADA, VALIDADE MÁXIMA DE 12 MESES DA DATA DE PRODUÇÃO E VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES DA DATA DE ENTREGA. QUALIDADE EXIGIDA: TIPO CORAL ,SUVINIL E/OU KILLING.	438,33	13.149,90
50	30	UNIDADE	53368	TINTA ACRÍLICA SEMI BRILHO, COR CINZA MÉDIO, CONFORME ABNT NBR 15079/2019 E NBR 11702/2019, EMBALAGEM DE 18 LITROS LITOGRAFADA, VALIDADE MÁXIMA DE 12 MESES DA DATA DE PRODUÇÃO E VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES DA DATA DE ENTREGA. QUALIDADE EXIGIDA: TIPO CORAL ,SUVINIL E/OU KILLING.	468,00	14.040,00
51	10	UNIDADE	53364	TINTA ACRÍLICA SEMI BRILHO, COR GELO, CONFORME ABNT NBR 15079/2019 E NBR 11702/2019, EMBALAGEM DE 18 LITROS LITOGRAFADA, VALIDADE MÁXIMA DE 12 MESES DA DATA DE PRODUÇÃO E VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES DA DATA DE ENTREGA. QUALIDADE EXIGIDA: TIPO CORAL ,SUVINIL E/OU KILLING.	482,20	4.822,00
52	15	UNIDADE	53361	TINTA ACRÍLICA SEMI BRILHO, COR PRETA, CONFORME ABNT NBR 15079/2019 E NBR 11702/2019, EMBALAGEM DE 3,6 LITROS LITOGRAFADA, VALIDADE MÁXIMA DE 12 MESES DA DATA DE	108,95	1.634,25



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA

Item	Quant.	Unidade	Código	Descrição	Valor unitário(R\$)	Valor total(R\$)
				PRODUÇÃO E VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES DA DATA DE ENTREGA. QUALIDADE EXIGIDA: TIPO CORAL ,SUVINIL E/OU KILLING.		
53	16	UNIDADE	53366	TINTA ACRÍLICA SEMI BRILHO, COR VERDE CLARO, CONFORME ABNT NBR 15079/2019 E NBR 11702/2019, EMBALAGEM DE 18 LITROS LITOGRAFADA, VALIDADE MÁXIMA DE 12 MESES DA DATA DE PRODUÇÃO E VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES DA DATA DE ENTREGA. QUALIDADE EXIGIDA: TIPO CORAL ,SUVINIL E/OU KILLING.	407,33	6.517,28
54	50	UNIDADE	53372	TINTA ACRÍLICA SEMI BRILHO PREMIUM, COR AREIA, CONFORME ABNT NBR 15079/2019 E NBR 11702/2019, EMBALAGEM DE 18 LITROS LITOGRAFADA, VALIDADE MÁXIMA DE 12 MESES DA DATA DE PRODUÇÃO E VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES DA DATA DE ENTREGA. QUALIDADE EXIGIDA: TIPO CORAL ,SUVINIL E/OU KILLING.	380,96	19.048,00
55	15	UNIDADE	53377	TINTA ACRÍLICA SEMI BRILHO PREMIUM, COR AZUL CLARO, CONFORME ABNT NBR 15079/2019 E NBR 11702/2019, EMBALAGEM DE 18 LITROS LITOGRAFADA, VALIDADE MÁXIMA DE 12 MESES DA DATA DE PRODUÇÃO E VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES DA DATA DE ENTREGA. QUALIDADE EXIGIDA: TIPO CORAL ,SUVINIL E/OU KILLING.	412,33	6.184,95
56	40	UNIDADE	53376	TINTA ACRÍLICA SEMI BRILHO PREMIUM, COR AZUL ESCURO, CONFORME ABNT NBR 15079/2019 E NBR 11702/2019, EMBALAGEM DE 18 LITROS LITOGRAFADA, VALIDADE MÁXIMA DE 12 MESES DA DATA DE PRODUÇÃO E VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES DA DATA DE ENTREGA. QUALIDADE EXIGIDA: TIPO CORAL ,SUVINIL E/OU KILLING.	457,67	18.306,80
57	94	UNIDADE	53371	TINTA ACRÍLICA SEMI BRILHO PREMIUM, COR BRANCA, CONFORME ABNT NBR 15079/2019 E NBR 11702/2019, EMBALAGEM DE 18 LITROS LITOGRAFADA, VALIDADE MÁXIMA DE 12 MESES DA DATA DE PRODUÇÃO E VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES DA DATA DE ENTREGA. QUALIDADE EXIGIDA: TIPO CORAL ,SUVINIL E/OU KILLING.	406,33	38.195,02
58	42	UNIDADE	53378	TINTA ACRÍLICA SEMI BRILHO PREMIUM, COR CINZA, CONFORME ABNT NBR 15079/2019 E NBR 11702/2019, EMBALAGEM DE 18 LITROS LITOGRAFADA, VALIDADE MÁXIMA DE 12 MESES DA DATA DE PRODUÇÃO E VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES DA DATA DE ENTREGA. QUALIDADE EXIGIDA: TIPO CORAL ,SUVINIL E/OU KILLING.	472,33	19.837,86
59	20	UNIDADE	53369	TINTA ACRÍLICA SEMI BRILHO PREMIUM, COR VERDE FOLHA, CONFORME ABNT NBR 15079/2019 E NBR 11702/2019, EMBALAGEM DE 3,6 LITROS LITOGRAFADA, VALIDADE MÁXIMA DE 12 MESES DA DATA DE PRODUÇÃO E VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES DA DATA DE ENTREGA. QUALIDADE EXIGIDA: TIPO CORAL ,SUVINIL E/OU KILLING.	142,33	2.846,60
60	10	UNIDADE	53374	TINTA ACRÍLICA SEMI BRILHO PREMIUM, COR VERDE NILO, CONFORME ABNT NBR 15079/2019 E NBR 11702/2019, EMBALAGEM DE 18 LITROS LITOGRAFADA, VALIDADE MÁXIMA DE 12 MESES DA DATA DE PRODUÇÃO E VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES DA DATA DE ENTREGA. QUALIDADE EXIGIDA: TIPO CORAL ,SUVINIL E/OU KILLING.	495,00	4.950,00
61	5	UNIDADE	33431	TINTA ACRÍLICA SEMI-BRILHO, COR GRAFITE, 3,6 LITROS	137,66	688,30
62	53	UNIDADE	53397	TINTA ESMALTE SINTÉTICA PREMIUM BRILHANTE, COR AMARELA, CONFORME ABNT NBR 15079/2019 E NBR 11702/2019, EMBALAGEM DE 3,6 LITROS LITOGRAFADA, VALIDADE MÁXIMA DE 12 MESES DA DATA DE PRODUÇÃO E VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES DA DATA DE ENTREGA. QUALIDADE EXIGIDA: TIPO CORAL ,SUVINIL E/OU KILLING. (INDUSTRIAL, QUALIDADE EXCELENTE).	112,63	5.969,39
63	103	UNIDADE	53408	TINTA ESMALTE SINTÉTICA PREMIUM BRILHANTE, COR AZUL DEL REY, CONFORME ABNT NBR 15079/2019 E NBR 11702/2019, EMBALAGEM DE 3,6 LITROS LITOGRAFADA, VALIDADE MÁXIMA DE 12 MESES DA DATA DE PRODUÇÃO E VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES DA DATA DE ENTREGA. QUALIDADE EXIGIDA: TIPO CORAL ,SUVINIL E/OU KILLING. (INDUSTRIAL, QUALIDADE EXCELENTE).	114,43	11.786,29
64	113	UNIDADE	53402	TINTA ESMALTE SINTÉTICA PREMIUM BRILHANTE, COR BRANCA, CONFORME ABNT NBR 15079/2019 E NBR 11702/2019, EMBALAGEM DE 3,6 LITROS LITOGRAFADA, VALIDADE MÁXIMA DE 12 MESES DA DATA DE PRODUÇÃO E VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES DA DATA DE ENTREGA. QUALIDADE EXIGIDA: TIPO CORAL ,SUVINIL E/OU KILLING. (INDUSTRIAL, QUALIDADE EXCELENTE).	117,65	13.294,45
65	66	UNIDADE	53400	TINTA ESMALTE SINTÉTICA PREMIUM BRILHANTE, COR CINZA CLARO, CONFORME ABNT NBR 15079/2019 E NBR 11702/2019, EMBALAGEM DE 3,6 LITROS LITOGRAFADA, VALIDADE MÁXIMA DE	123,56	8.154,96



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA

Item	Quant.	Unidade	Código	Descrição	Valor unitário(R\$)	Valor total(R\$)
				12 MESES DA DATA DE PRODUÇÃO E VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES DA DATA DE ENTREGA. QUALIDADE EXIGIDA: TIPO CORAL , SUVINIL E/OU KILLING. (INDUSTRIAL, QUALIDADE EXCELENTE).		
66	12	UNIDADE	53404	TINTA ESMALTE SINTÉTICA PREMIUM BRILHANTE, COR MARROM, CONFORME ABNT NBR 15079/2019 E NBR 11702/2019, EMBALAGEM DE 3,6 LITROS LITOGRAFADA, VALIDADE MÁXIMA DE 12 MESES DA DATA DE PRODUÇÃO E VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES DA DATA DE ENTREGA. QUALIDADE EXIGIDA: TIPO CORAL , SUVINIL E/OU KILLING. (INDUSTRIAL, QUALIDADE EXCELENTE).	119,74	1.436,88
67	17	UNIDADE	53403	TINTA ESMALTE SINTÉTICA PREMIUM BRILHANTE, COR PRETA, CONFORME ABNT NBR 15079/2019 E NBR 11702/2019, EMBALAGEM DE 3,6 LITROS LITOGRAFADA, VALIDADE MÁXIMA DE 12 MESES DA DATA DE PRODUÇÃO E VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES DA DATA DE ENTREGA. QUALIDADE EXIGIDA: TIPO CORAL , SUVINIL E/OU KILLING. (INDUSTRIAL, QUALIDADE EXCELENTE).	129,30	2.198,10
68	64	UNIDADE	53396	TINTA ESMALTE SINTÉTICA PREMIUM BRILHANTE, COR VERDE, CONFORME ABNT NBR 15079/2019 E NBR 11702/2019, EMBALAGEM DE 3,6 LITROS LITOGRAFADA, VALIDADE MÁXIMA DE 12 MESES DA DATA DE PRODUÇÃO E VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES DA DATA DE ENTREGA. QUALIDADE EXIGIDA: TIPO CORAL , SUVINIL E/OU KILLING. (INDUSTRIAL, QUALIDADE EXCELENTE).	108,96	6.973,44
69	24	UNIDADE	53395	TINTA ESMALTE SINTÉTICA PREMIUM BRILHANTE, COR VERMELHA, CONFORME ABNT NBR 15079/2019 E NBR 11702/2019, EMBALAGEM DE 3,6 LITROS LITOGRAFADA, VALIDADE MÁXIMA DE 12 MESES DA DATA DE PRODUÇÃO E VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES DA DATA DE ENTREGA. QUALIDADE EXIGIDA: TIPO CORAL , SUVINIL E/OU KILLING. (INDUSTRIAL, QUALIDADE EXCELENTE).	116,33	2.791,92
70	2	UNIDADE	38756	TINTA ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO, COR BRANCO, 900 ML.	41,99	83,98
71	3	UNIDADE	8594	TINTA PARA EMBORRACHAMENTO AUTOMOTIVO, COR PRETA, GALÃO DE 3,6 L	78,37	235,11
72	15	UNIDADE	53409	TINTA RESINA ACRÍLICA PARA PISO, INCOLOR, EM GALÃO DE 18 LITROS LITOGRAFADA, CONFORME ABNT NBR 15079/2019 E NBR 11702/2019, , VALIDADE MÁXIMA DE 12 MESES DA DATA DE PRODUÇÃO E VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES DA DATA DE ENTREGA. QUALIDADE EXIGIDA: TIPO: SUVINIL E/OU EUCATEX	443,80	6.657,00
73	100	UNIDADE	44718	TRINCHA 8 POLEGADAS.	436,32	43.632,00
						Soma: 445.711,16

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto nº 48, de 10 de março de 2022.

1.4. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente a data de divulgação, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.5. O prazo de vigência de eventual contrato será conforme a disponibilidade de créditos orçamentários, até o fim do período do exercício financeiro que firmado, em conformidade com o artigo 105 da Lei n.º 14.133/2021.

1.6. Eventual contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente aquisição tem como objeto a aquisição de materiais de pintura e justifica-se de modo a atender as necessidades da Administração pública, quanto a necessidade de reparação, adaptação e conservação das estruturas físicas dos prédios públicos, das escolas municipais, dos centros culturais e outros visando a manter



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA**

as instalações adequadas e conservadas para utilização dos servidores e da comunidade em geral. Os materiais são necessários ainda para a manutenção das atividades nas praças, jardins e cemitérios da cidade. A aquisição do referido material torna-se indispensável para o adequado funcionamento e andamento da prestação do serviço público.

2.2. A referida aquisição está prevista no Plano Anual de Contratações, tendo sido publicada no Diário Oficial do Município – DOM, em sua edição 332/2023, ato 266/2023, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. O ciclo de vida dos itens listados deverá passar por uma série de etapas para que possa tornar possível o atendimento da necessidade da Administração.

3.1.1. O objetivo principal é a aquisição de itens de qualidade para suportar o uso constante e proporcionar maior agilidade e economia para o Município de Santa Rosa, sendo o material, insumo indispensável no atendimento do interesse destas Secretarias.

3.1.2. O material objeto deste Termo deverá ser de primeira qualidade e ser transportado e descarregado por profissionais da contratada até os locais indicados, para evitar danos ou quebras.

3.9. O Pregão Eletrônico, por Sistema de Registro de Preços, foi a modalidade selecionada como a mais viável para esta licitação, pretendendo atender necessidades contínuas, recorrentes e incertas, durante o prazo de vigência da ata, sem implicar em obrigatoriedade de contratação. O critério de julgamento das propostas será o de menor preço por item. A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da homologação do pregão eletrônico. Sendo assim, as contratações referentes ao pregão, ocorrerão por meio de nota de empenho, tendo em vista que a licitação não se enquadra em nenhuma das condições de exigência de contrato, estabelecida no art. 124, da Lei nº 14.133/2021

3.10. Elaboração e lançamento do Edital de Licitação e recebimento de propostas.

3.11. Adjudicação, homologação, formalização das Atas de Registro de Preços.

3.12. As Secretarias solicitam através de notas de empenho a quantidade necessária dos materiais, identificando nas Ordens de compra os locais onde o mesmo deverá ser entregue.

3.13. O fornecedor deverá realizar a entrega de acordo com as especificações contratuais e nos prazos acordados.

3.14. A entidade pública recebe os itens, verifica a conformidade com as especificações técnicas e aceita o produto, utilizando-o da forma planejada.

3.15. a Administração deve realizar monitoramento contínuo do desempenho do material de pintura ao longo do tempo para garantir a qualidade e conformidade

3.16. A solução encontrada para suprir a demanda pelos itens que compõem essa aquisição é a contratação de fornecedor que possa atender esta Administração de forma a garantir o fornecimento e a aplicação de material para manutenção de bens imóveis, com eficiência e confiabilidade. Pretende-se alcançar ainda, com a presente



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA**

contratação, a conciliação entre os menores custos possíveis e o atendimento adequado das necessidades da Administração

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, a contratada deverá observar aos seguintes critérios:

4.2. Que sejam observados os requisitos ambientais, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

Subcontratação

4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual. Garantia da contratação

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de entrega

5.1. O produto deverá ser entregue pela CONTRATADA, em quantidade e local definido conforme solicitação das Secretarias, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis depois do recebimento das respectivas ordens de compra, através de e-mail, ficando a contratada responsável por manter atualizada seus cadastros.

5.2. As aquisições dos produtos ocorrerão de forma parcelada durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, de acordo com as necessidades das secretarias participantes, mediante a emissão de ordem de compra.

5.3. A entrega deverá ocorrer sem custos adicionais e em horário de expediente da Administração Pública Municipal.

5.4. Cada secretaria indicará a data, a hora, a quantidade e o local de entrega, no momento da emissão da solicitação de compra.

5.5. O produto deverá ser adequadamente embalado, acondicionado e transportado, de forma a permitir a completa preservação do mesmo e a sua segurança durante o transporte até o local de entrega.

5.6 O Município não receberá o objeto que não apresentar condições de uso, que for de marca diferente daquela indicada na proposta apresentada no certame licitatório, sempre que houver, ou que for entregue em desacordo com as especificações solicitadas.

5.7 No caso de entrega de produto nas condições expostas no item anterior, o Município comunicará formalmente a licitante vencedora para que a mesma providencie a sua substituição no prazo de até 05 (cinco) dias a contar da comunicação, sem custos adicionais para o Município.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA**

- 5.8 Os produtos devem ser de primeira qualidade, acompanhados de nota fiscal.
- 5.9 Não será recebido produto que for entregue/enviado pelo fornecedor sem ter sido previamente solicitado pelo Município ou em quantidade superior à solicitada.
- 5.10 A licitante vencedora deverá entrar em contato com as Secretarias solicitantes para acertar os detalhes que se fizerem necessários para o atendimento da entrega dos itens, tais como datas, horários e locais.
- 5.11 O material não solicitado ou entregue em quantidade superior não acarretará quaisquer ônus para o Município.
- 5.12 O recebimento do produto será realizado provisoriamente pelos fiscais de contrato designados pelo Município, os quais farão a conferência para verificar se o mesmo está de acordo com as especificações solicitadas.
- 5.13 O recebimento definitivo do produto ocorrerá somente depois da verificação da conformidade do objeto e da emissão da guia de entrada de materiais e/ou de termo de liberação de pagamento pela Secretaria competente.
- 5.14 O pagamento é vinculado a esta fiscalização, mediante a emissão de guia de entrada de materiais e/ou de termo de liberação de pagamento.
- 5.15 A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com os produtos.
- 5.16 Comunicar à Administração, no prazo de 02 (dois) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 5.17 Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 5.18 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta da ata/contrato.
- 5.19 Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, os prazos de entrega serão prorrogados automaticamente pelo tempo correspondente, anotando tais circunstâncias em sistema próprio ou mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre a Contratada e a Contratante devem ocorrer por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagens através de endereço eletrônico.
- 6.4. A Contratante deverá convocar o preposto e/ou ao representante legal da Contratada quando ocorrerem fatos que exigem a adoção de providências a serem cumpridas de imediato.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Contratante poderá, caso entender necessário, convocar o representante legal da empresa contratada e/ou o preposto indicado para realização de reunião inicial a fim de reafirmar as condições já estabelecidas no termo de referência, as obrigações contratuais, as estratégias para entrega do objeto, o método de aferição e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização:

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais e gestores do contrato e, ou pelos respectivos substitutos, devidamente designados através de portaria de nomeação (Decreto Municipal N° 48, de 2023, art.13, § 3°).

Fiscalização Técnica

6.7. Compete ao fiscal do contrato, observado o disposto na Lei Federal n° 14.133, de 2021 e Decreto Municipal N° 48, de 2023, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato ou instrumento equivalente, em aspectos técnicos e administrativos, especialmente:

6.7.1. Acompanhar o cumprimento dos prazos de entrega dos produtos conforme determinado neste Termo.

6.7.2. Verificar se os produtos entregues atendem as quantidades e especificações técnicas do objeto, e se estão em conformidade com o que foi contratualizado.

6.7.3. Manter contato com preposto e/ou representante legal da Contratada, e se for necessário, esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado.

6.7.4. Receber e conferir os documentos necessários ao pagamento, previstos no instrumento contratual e encaminhá-los ao gestor do contrato.

6.7.5. O produto será aceito provisoriamente, o recebimento definitivo será feito após verificação da quantidade e qualidade do mesmo.

6.7.6. O produto será aceito definitivamente, mediante termo de liberação detalhado, em que comprove o atendimento das exigências contratuais, considerando os prazos estipulados no item “Critérios de Medição e Pagamento”, definidos neste termo de referência.

6.7.7. Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da contratada, no total ou em parte, do objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução.

6.7.8. Rejeitar, no todo ou em parte, de fornecimento de objeto em desacordo com as especificações contidas no contrato, observado o Termo de Referência.

6.7.9. Exigir e assegurar o cumprimento das cláusulas e dos prazos previamente estabelecidos no contrato e respectivos termos aditivos.

6.7.10. Determinar por todos os meios adequados a observância de normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução exigíveis para a perfeita execução do objeto.

6.7.11. Requerer da contratada, testes, exames e ensaios, quando necessário.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA

- 6.7.12. Formalizar notificações por escrito à contratada, caso as tratativas iniciais para saneamento de eventuais irregularidades não sejam suficientes para regularização da situação, estabelecendo prazo para o cumprimento das obrigações e/ou apresentação de justificativas, sob pena de encaminhamento da documentação para o gestor de contrato avaliar a necessidade de abertura do respectivo processo de apuração e aplicação de penalidades.
- 6.7.13. Em caso de descumprimento contratual e/ou quaisquer tipos de ilicitudes verificadas nas contratações sob sua responsabilidade, além de comunicar ao gestor do contrato, colher previamente as provas e reunir indícios inerentes a sua atribuição fiscalizatória, auxiliando na instrução do processo.
- 6.7.14. Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização de falhas, defeitos observados e encaminhando os apontamentos ao gestor do contrato para as providências cabíveis.
- 6.7.15. Adotar medidas preventivas de controle dos contratos, conforme expresso no Decreto Municipal Nº 48/2023, Art. 23, inciso VII.
- 6.7.16. Comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira tomada de decisões ou providências que ultrapassem o seu âmbito de competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público.
- 6.7.17. Propor medidas que visem a melhoria contínua da execução do contrato.
- 6.7.18. Manifestar-se formalmente, quando consultado, a respeito de suspensão, prorrogação, alteração, rescisão ou qualquer outra providência que deva ser tomada com relação ao contrato fiscalizado, inclusive com a emissão e parecer.
- 6.7.19. Consultar o órgão ou a entidade contratante sobre a necessidade de acréscimos ou supressões no objeto do contrato, se detectar algo que possa sugerir a adoção de tais medidas.
- 6.7.20. Receber e fomentar avaliações relacionadas ao objeto recebido.
- 6.7.21. Exercer qualquer outra atividade compatível coma função que lhe seja legalmente atribuída

Gestor do Contrato

- 6.7.22. Compete ao gestor do contrato, observado o disposto na Lei Federal no 14.133, de 2021, e Decreto Municipal nº 48, de 2023, administrar o contrato ou instrumento equivalente, desde sua concepção até sua finalização, em aspectos gerenciais, especialmente:
- 6.7.23. Manter o acompanhamento regular e sistemático do instrumento contratual;
- 6.7.24. Controlar o prazo de vigência do contrato e de execução do objeto, assim como de suas etapas e demais prazos contratuais, recomendando, com antecedência razoável, encaminhar à autoridade competente, quando for o caso, a deflagração de novo procedimento licitatório ou a prorrogação do contrato vigente, quando admitida.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA

- 6.7.25. Manter o controle da atualização do valor da garantia contratual, procedendo, em tempo hábil, ao encaminhamento necessário à sua substituição e/ou reforço ou prorrogação do prazo de sua vigência, quando for o caso, e encaminhar ao setor responsável.
- 6.7.26. Prover a autoridade superior de documentos e informações necessários à celebração de termo aditivo, objetivando as alterações do contrato previstas em lei, inclusive para prorrogação do prazo do instrumento contratual, neste último caso, após verificação da vantajosidade da prorrogação, bem como da manifestação do fiscal do contrato sobre a qualidade dos bens entregues.
- 6.7.27. Acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado.
- 6.7.28. Decidir provisoriamente sobre eventual suspensão da execução contratual, elaborando o Termo de Suspensão.
- 6.7.29. Avaliar e se manifestar sobre os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato a serem decididos pela autoridade competente.
- 6.7.30. Adotar e registrar as medidas preparatórias para aplicação de sanções e/ou de rescisão contratual, realizando e coordenando atos investigativos prévios à abertura do Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade (PAAR), quando necessários, nas hipóteses de descumprimento de obrigações previstas no edital, no contrato e/ou na legislação de regência.
- 6.7.31. Analisar a documentação necessária ao pagamento, encaminhada pelo fiscal do contrato, conforme rol e condições dispostos no instrumento contratual, e encaminhar ao setor responsável, devolvendo-os ao fiscal do contrato para regularização, quando for o caso.
- 6.7.32. Conferir as certidões de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária necessárias ao pagamento, quando cabível e encaminhar ao setor responsável.
- 6.7.33. Acompanhar as notas de empenho do contrato, solicitando o cancelamento de saldo, quando for o caso, respeitando a competência do exercício e encaminhar ao setor responsável.
- 6.7.34. Exercer qualquer outra atividade compatível com a função que lhe seja legalmente atribuída.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 05 (cinco) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA**

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato

Liquidação, prazo de pagamento, forma de pagamento

7.7. Recebido definitivamente o objeto, ocorrerá o prazo de 10 (dez) dias úteis para para fins de liquidação, conforme procedimento de fiscalização e recebimento, nos termos do art. 125, inciso I do Decreto Municipal nº 48/2023.

7.8. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

7.9. Para fins de pagamento e de liquidação do empenho, a CONTRATADA deverá observar a obrigatoriedade de utilização da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), conforme legislação vigente.

7.10. Sempre que for necessária, a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) deverá ser enviada pela CONTRATADA para o e-mail a ser informado pela fiscalização do contrato.

7.11. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e na proposta de preço, não se admitindo nota fiscal emitida com outro CNPJ mesmo aquele de filial ou da matriz.

7.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA

7.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

7.14. A nota fiscal ou documento de cobrança equivalente deverá ser acompanhada por:

- a) termo de liberação de pagamento e/ou a guia de entrada de materiais a ser emitida pela Secretaria competente;
- b) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), atualizado e em plena vigência;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- d) certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, de tributos municipais, comprovando a regularidade da requerente para com a Fazenda Municipal de Santa Rosa- RS, atualizada e em plena vigência; exceto se não tiver cadastro na Fazenda Municipal de Santa Rosa – RS.
- e) certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, conforme Portaria Conjunta RFB/PGFN n.º 1.751/14, atualizado e em plena vigência.

7.15. A Administração deverá verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital e possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.16. Caso constatado, no momento do pagamento, a irregularidade quanto à manutenção das condições de habilitação, a CONTRATADA será notificada para que regularize a situação no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou no mesmo prazo apresente sua defesa.

7.17. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE a depender de justificativa apresentada pela CONTRATADA.

7.18. Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE adotará as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a CONTRATADA a ampla defesa.

7.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação.

7.20. Será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA irregular, salvo por motivo de economicidade, segurança municipal ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade do CONTRATANTE.

7.21. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 125, inciso II do Decreto Municipal nº 48/2023.

7.22. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

7.23. O pagamento será realizado através de depósito em conta corrente em nome da contratada, conta esta que deve ser mantida atualizada junto ao cadastro único do Município durante toda a vigência do contratado, sendo que em hipótese alguma será realizado o pagamento por outros meios, tais como boleto bancário e cheque.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA**

7.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, devendo a CONTRATADA destacar no documento fiscal a retenção do IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica, indicando a respectiva alíquota na forma do Anexo I da IN RFB nº 1.234/2012, de acordo com Decreto Municipal 38/2022, e se for o caso, a retenção para a Previdência Social e do ISQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, com destaque conforme a legislação vigente.

7.25. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.26. A CONTRATADA não poderá estar em débito com a Fazenda Municipal, sob pena de bloqueio e/ou compensação no pagamento a que fizer jus.

7.27. A critério do CONTRATANTE, nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, proporcional à irregularidade verificada, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

7.28. O desconto de qualquer valor no pagamento devido à CONTRATADA será precedido de processo administrativo em que será garantido o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhe são inerentes.

7.29. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IPCA-IBGE do período, ou pelo índice que vier a substituí-lo, e o CONTRATANTE compensará o CONTRATADA com juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês, pro rata die, desde que o atraso não tenha sido causado pela CONTRATADA.

8. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento de proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, por meio de REGISTRO DE PREÇOS com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será de forma parcelada, conforme solicitação e necessidade das secretarias solicitantes, conforme pormenorizado no item 5 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA

- 8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- 8.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 8.11. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.
- 8.12. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).
- 8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA**

Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal

Qualificação econômico-financeira

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. A CONTRATADA será responsabilizada administrativamente pelas infrações descritas no artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, e, ainda, de qualquer outro descumprimento de cláusula editalícia, contratual ou da legislação referente à licitações e contratações públicas.

9.2. Na aplicação das sanções, além das disposições da Lei nº 14.133/2021, deverão ser observados os procedimentos dispostos no Decreto Municipal nº 48/ 2023.

9.3. Na aplicação das sanções, conforme resultado apurado em procedimento administrativo, em que sejam oportunizados a ampla defesa e o contraditório, serão considerados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, a natureza e a gravidade da infração, os danos que o cometimento da infração ocasionar à Administração Pública, ao serviço e aos usuários, a vantagem auferida em virtude da infração, as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes e os antecedentes do licitante ou contratado.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA**

9.4. A cobrança de eventual valor referente às multas aplicadas será realizada nos termos do artigo 137 do Decreto Municipal nº 48/2023, caso não tenham sido estabelecidas outras hipóteses de multa no Termo de Referência.

9.5. Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa e, na hipótese de cumulação, serão concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à penalidade mais gravosa.

9.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados ao Município serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados administrativamente ou judicialmente conforme permitido legalmente.

9.7. A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação da CONTRATADA de indenizar integralmente eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.

9.8. As sanções aplicadas serão informadas ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, ou outro que vier a substituí-los, nos termos do artigo 161 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos no Decreto Municipal nº 126/2022.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 445.711,16 (Quatrocentos e quarenta e cinco mil setecentos e onze reais e dezesseis centavos), conforme custos unitários apontados em cotação de preços realizada pelo Setor de Compras.

10.2 A consolidação do orçamento estimado ocorreu na data de 27/09/2024 (data da elaboração do Documento de Formalização de Pesquisa de Preços pelo Departamento de Compras – Seção de Cotação). Considera-se essa como data-base para fins do disposto no artigo 68 do Decreto Municipal nº 48/2023.

10.3. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

10.3.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA

10.3.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.3.4. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ANÁLISE DE RISCOS

11.1 - Mapa de riscos

RISCOS	PROBABILIDADE	DANO	AÇÃO PREVENTIVA	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA
1. Fracasso da Licitação	(x) baixa () média () alta	Pode gerar mais custos ao órgão municipal, bem como pode haver o risco da falta do objeto licitado nas repartições públicas, ocasionando múltiplos transtornos, restando prejudicada a prestação dos serviços públicos.	Verificar se as características do objeto licitado são passíveis de serem atendidas pelos fornecedores, bem como se os prazos de entrega são passíveis de serem atendidos e verificar se a cotação de preços está compatível com o mercado.	Organização da realização de novo certame, corrigindo as falhas presentes no processo licitatório que levaram ao fracasso da licitação.
2. Licitação deserta	(x) baixa () média () alta	Pode gerar mais custos ao órgão municipal, bem como pode haver o risco da falta do objeto licitado nas repartições públicas, ocasionando múltiplos transtornos, restando prejudicada a prestação dos serviços públicos.	Verificar se as características do objeto licitado são passíveis de serem atendidas pelos fornecedores, bem como se os prazos de entrega são passíveis de serem atendidos e verificar se a cotação de preços está compatível com o mercado.	Organização da realização de novo certame, corrigindo as falhas presentes no processo licitatório que decorreram na falta de fornecedores para participação no certame.
3. Planejamento deficiente	(x) baixa () média () alta	O prejuízo ao atendimento das demandas da administração pública.	Realizar planejamento eficiente e quantificar adequadamente o objeto conforme as necessidades de cada órgão.	Revisão de quantitativos.
4. Não entrega do objeto contratado dentro do prazo estabelecido	(x) baixa () média () alta	Pode gerar mais custos ao órgão municipal, bem como pode haver o risco da falta do objeto licitado nas repartições públicas, ocasionando múltiplos transtornos, restando prejudicada a prestação dos serviços públicos.	Fiscalizar o contrato sobre o prazo para entrega dos objetos licitados.	Aplicar penalidades previstas em Contrato, para que a contratada venha a cumprir todas as demandas previstas em contrato.
5.	(x) baixa	Prejuízo ao	Avaliação da	Rescisão contratual e



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA

Contratação de empresa que não tenha capacidade de executar o contrato.	☐ média ☐ alta	atendimento das necessidades e demandas da administração pública.	capacidade técnica e operacional das empresas.	verificação da próxima empresa classificada no certame licitatório para entrega dos objetos contratados.
--	---	---	--	--

11. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes correrão através das dotações orçamentárias indicadas pelo Departamento de Contabilidade e Finanças da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Santa Rosa (RS), 26 de novembro de 2024.

Alexandre Bau

Responsável pela Elaboração do Termo de Referência

Alexandre Barbosa

Secretário Municipal de Serviços Urbanos e Obras

Josyane Cristina Heck

Secretária Municipal de Educação e Cultura

Taísa Boelter

Secretária Municipal Desenvolvimento Social